



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 104

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE SETEMBRO DE 2007

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Democratas Plauto Miró
PT Elton Welter
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
PTB Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PL/PRB/PV Reni Pereira

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira; **Sem Partido** - 01: Geraldo Cartário

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 104

94ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Telegramas 03

Ofícios 03

Indicações 04

Designação 04

Requerimentos 05

Projetos de Lei 07

Pequeno Expediente:

Dep. Jocelito Canto 10

Dep. Elio Rusch 11

Dep. Luiz Eduardo Cheida 13

Dep. Tadeu Veneri 14

Horário das Lideranças:

Liderança dos Democratas

Dep. Elio Rusch 11

Liderança do PT

Dep. Elton Welter 15

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 16

Discussão/Votação

Redação Final 16

3ª Discussão 17

2ª Discussão 17

1ª Discussão 18

Requerimentos 22

Encerramento da Sessão 23

Publicações:

Comissão Executiva

Atos 23

Diretoria Geral

Portarias 28

DIÁRIO Nº 104

94ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

16ª LEGISLATURA

ATA DA 94ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

03 DE SETEMBRO DE 2007

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, secretariado pelo Sr. Deputado Edgar Bueno e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Durval Amaral, Edgar Bueno, Elio Rusch, Elton Welter, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mamede, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Professor Luizão, Rosane Ferreira, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (36).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Felipe Lucas, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Edson Strapasson, Luiz Malucelli, Péricles de Mello, Plauto Miró e Reni Pereira (12).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Artagão Júnior, Ribas Carli Filho, Stephanes Júnior e Valdir Rossoni (06).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional para o instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- N° 000003/MS/SE/FNS - valor de R\$ 21.050,17 - pagamento de FAEC AIH - Central Nacional de Regulação.
- N° 000006/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.663.006,53 - pagamento de Terapia Renal Substitutiva.
- N° 000011/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.635,88 - pagamento de FAEC AIH - Queimados.
- N° 000013/MS/SE/FNS - valor de R\$ 55.246,20 - pagamento de Campanha de Vacinação - Poliomielite.
- N° 000023/MS/SE/FNS - valor de R\$ 166.432,52 - pagamento de Incentivo no Âmbito do Programa Nacional de HIV AIDS e outras.
- N° 000034/MS/SE/FNS - valor de R\$ 105.712,99 - pagamento de Programa para Aquisição de Medicamentos para a Saúde Mental.
- N° 000036/MS/SE/FNS - valor de R\$ 95.993,09 - pagamento de Transplantes.
- N° 000053/MS/SE/FNS - valor de R\$ 30.504.145,78 - pagamento de Teto Estadual da Media e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.
- N° 000058/MS/SE/FNS - valor de R\$ 207.733,33 - pagamento de Incentivo Financeiro aos Medicamentos de Dispensação Excepcional.
- N° 000060/MS/SE/FNS - valor de R\$ 207.733,33 - pagamento de Incentivo Financeiro aos Medicamentos de Dispensação Excepcional.
- N° 000069/MS/SE/FNS - valor de R\$ 107.800,00 - pagamento de Centros Especialidades Odontológicas.

- N° 000086/MS/SE/FNS - valor de R\$ 6.158.770,34 - pagamento de Programa de aquisição de Medicamentos Excepcionais.
- N° 000118/MS/SE/FNS - valor de R\$ 109.833,74 - pagamento de Angioplastia Endovascular.
- N° 000123/MS/SE/FNS - valor de R\$ 180.860,03 - pagamento de Gastroplastia.
- N° 000128/MS/SE/FNS - valor de R\$ 294.034,46 - pagamento de Neurocirurgia.
- N° 000145/MS/SE/FNS - valor de R\$ 244.368,50 - pagamento de Leucemia Mieloide.
- N° 000160/MS/SE/FNS - valor de R\$ 395.496,50 - pagamento de Triagem Neo-Natal.
- N° 000184/MS/SE/FNS - valor de R\$ 38.072,48 - pagamento de Terapia e Psicoterapia.
- N° 000192/MS/SE/FNS - valor de R\$ 630.612,55 - pagamento de Acompanhamento de Saúde Mental.
- N° 000198/MS/SE/FNS - valor de R\$ 31.270,00 - pagamento de Prótese Dentária.
- N° 000206/MS/SE/FNS - valor de R\$ 624.405,25 - pagamento de Detecção Deficiência Auditiva.
- N° 000232/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.039,00 - pagamento de AIDS.
- N° 000237/MS/SE/FNS - valor de R\$ 388.954,04 - pagamento de Programa de Combate ao Câncer de Colo Uterino.
- N° 000271/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.704.427,27 - pagamento de Acompanhamento de Paciente.
- N° 000296/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.638,62 - pagamento da Psicodiagnóstico.
- N° 000417/MS/SE/FNS - valor de R\$ 6.158.770,34 - pagamento de programa de Aquisição de Medicamentos Excepcionais.
- N° 000482/MS/SE/FNS - valor de R\$ 134.140,00 - pagamento Humanização do Parto (Assistência Pré-Natal).
- N° 000492/MS/SE/FNS - valor de R\$ 130.073,81 - pagamento de Acompanhamento Pós-Transplante.
- N° 000527/MS/SE/FNS - valor de R\$ 4.722,45 - pagamento de Assistência Domiciliar.
- N° 000552/MS/SE/FNS - valor de R\$ 27.267,44 - pagamento de Fisioterapia.
- N° 000568/MS/SE/FNS - valor de R\$ 3.294,80 - pagamento de Patologia Clínica.
- N° 000579/MS/SE/FNS - valor de R\$ 37.974,60 - pagamento de Reabilitação.
- N° 000592/MS/SE/FNS - valor de R\$ 16.044,00 - pagamento de Tuberculose.

Ao conhecimento da Casa.

Ofícios

OFÍCIO N° 215/07

Curitiba, 03 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

Com meus melhores cumprimentos, dirijo-me a V. Exa. para justificar minha ausência da Sessão Plenária.

ria de hoje, 03 de setembro de 2007, por estar acamado, com forte gripe, portanto, impossibilitado de participar dos trabalhos legislativos.

Limitado ao exposto, manifesto a V. Exa. meu apreço e consideração.

(a) LUIZ ACCORSI

OFÍCIO Nº 101/07

Curitiba, 03 de setembro de 2007.

Senhor Presidente:

Cumprimento-o cordialmente e sirvo-me do presente para encaminhar a V. Sa. atestado médico referente às minhas faltas nos trabalhos desta Casa de Leis durante os dias 20 a 25 de agosto.

Sem mais, antecipo agradecimentos.

Atenciosamente,

(a) ELTON WELTER

Indicações

INDICAÇÃO Nº 272/07

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Agricultura e do Abastecimento Valter Biachini a redução de taxas de energia elétrica no período noturno das 21h30 às 6h da manhã em granjas de aves, suínos, bovinos, peixes e demais atividades rurais destinadas à produção em escala comercial, bem como as agroindústrias instaladas na zona rural.

Sr. Governador, Sr. Secretário.

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Agricultura e do Abastecimento a redução de taxas de energia elétrica no período noturno das 21h30 às 6h da manhã em granjas destinadas à produção em escala comercial, bem como as agroindústrias instaladas na zona rural, pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O êxodo rural é uma das grandes problemáticas do mundo contemporâneo. Com isso, o desemprego, as desigualdades sociais e a violência em grandes centros urbanos estão dia-a-dia se tornando insuportáveis.

Diante disso, as autoridades têm que tomar atitudes práticas e emergenciais no sentido de solucionar este problema grave que assola o Brasil como um todo.

O Governo do Estado do Paraná tem procurado soluções para estimular a fixação definitiva do homem no campo. Uma delas é o programa irrigação noturna, que

reduz em 60% o preço da energia elétrica aos produtores rurais no período noturno das 21h30 às 6h da manhã.

Sabe-se que grande parte da energia elétrica que a COPEL produz à noite se dissipa. Assim sendo, parte desta energia que seria perdida acaba sendo utilizada pelos agricultores em projetos de irrigação.

A presente indicação não é diferente do projeto de irrigação noturna em seus objetivos, pois consiste basicamente no incremento na produção agrícola, na fixação do homem no campo, na geração de empregos, na melhoria da qualidade de vida dos produtores rurais e no aproveitamento de energia que a COPEL tem em abundância, e que sobra em períodos noturnos.

Importante destacar que grande parte da energia gasta em aviários, pocilgas, equipamentos elétricos utilizados em piscicultura e demais atividades rurais ocorrem em períodos noturnos, por isso a necessidade da implantação deste programa pelo Governo do Estado do Paraná, a fim de amenizar as despesas, aumentar os lucros dos produtores rurais e principalmente gerar novos postos de trabalho naquele setor que tanto sofre com a defasagem nos preços agrícolas, os altos custos de produção e principalmente devido às várias frustrações de safras ocorridas nos últimos anos.

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

INDICAÇÃO Nº 273/07

SÚMULA:

Solicita o recapeamento asfáltico da rodovia que liga as cidades de Cruzeiro D'Oeste e Campo Mourão.

Ao Exmo. Sr. Rogério Wallbach Tizzot, Secretário Estadual dos Transportes.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) seja recapeada a rodovia que liga as cidades de Cruzeiro D'Oeste e Campo Mourão, denominada de estrada boiadeira, num trecho aproximado de 45 quilômetros.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz necessária, pois esta via de ligação é uma das mais importantes e possui um movimento muito grande de veículos e transporte de cargas, sendo que a região está em pleno crescimento e necessita de infra-estrutura adequada em transportes.

Designação

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da

Comissão Executiva nº 170/06, designa a Sra. Deputada Rosane Ferreira, para representar esta Casa de Leis na 8ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná, nos dias 11 de outubro de 2007 a 14 de outubro de 2007, na cidade de Londrina.

Sala das Sessões, em 03.09.07.
(aa) NELSON JUSTUS
ALEXANDRE CURI
LUCIANA RAFAGNIN

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2618-A

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 103/07, item 11, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 03.09.07.
(a) LUCIANA RAFAGNIN

REQUERIMENTO Nº 2618

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos votados na presente Sessão Plenária e que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 03.09.07.
(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 2608

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, que seja realizada Audiência Pública: Ato Público pelo fortalecimento do Ministério Público na Defesa da Sociedade, na data de 24 de setembro de 2007, às 10h, no plenarinho.

Sala das Sessões, em 03.09.07.
(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Estaremos promovendo esta Audiência Pública, em conjunto com a Associação Paranaense do Ministério Público, com a participação de representantes de classe e da sociedade.

REQUERIMENTO Nº 2617

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, a constituição da Frente Parlamentar em Favor da Vida, com a finalidade de se posicionar contra os projetos e tentativas de legalização do aborto, por qualquer motivo, em nosso país e a favor do direito à vida, garantido pela Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 03.09.07.
(a) NEY LEPREVOST

Apoioamento:

Fábio Camargo, Edgar Bueno, Luiz Carlos Martins, Osmar Bertoldi, Marcelo Rangel, Jocelito Canto, Durval Amaral e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O direito à vida deve ser defendido em todas as esferas da sociedade, constituindo-se em prerrogativa indiscutível e dever de qualquer ser humano que respeite seu semelhante.

A história conta as barbáries que foram cometidas quando flexibilizaram-se direitos e garantias fundamentais, sob o argumento da melhoria social ou aprimoramento da espécie.

No Brasil, a defesa do direito à vida deve ser intransigente, pois num país onde as diferenças sociais ainda são acentuadas, não podemos admitir nenhuma brecha para que se possa vir a introduzir conceitos e ideais de violação dos direitos e garantias fundamentais.

REQUERIMENTO Nº 2590

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de congratulações ao Deputado Federal Moreira Marques, do estado de Rondônia, que defendeu na Câmara de Deputados a extinção da multa imposta ao estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.09.07.
(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2591

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro de votos de congratulações à Bancada dos Deputados Federais do PPS, que defenderam na Câmara de Deputados a extinção da multa imposta ao estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 03.09.07.
(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2605

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações às autoridades religiosas e a toda comunidade da Igreja Nossa Senhora da Saúde, de Colônia Faria, pelas comemorações dos 125 anos de construção da igreja, fundada em agosto de 1887, pelos colonizadores italianos.

Requer ainda, envio de cópia no endereço: R. Presidente Faria, nº 3450, Colônia Faria - CEP 83411-050 - Colombo.

Sala das Sessões, em 03.09.07.
(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 2606

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações aos proprietários e funcionários da Empresa Baron & Baldow Ltda. - Recapadora Trevo, pelo 20º aniversário da empresa.

Requer ainda, envio de cópia no endereço: Av. Marginal José Anchieta, nº 1300 - Alto Maracanã - CEP 83408-010 - Colombo.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 2615

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa, voto de congratulações ao Deputado Federal Osmar Serraglio, pelo excepcional trabalho realizado como Relator da CPI dos Correios, cujo relatório final foi divulgado no último dia 29 de agosto.

Requer, ainda, que deste requerimento se dê ciência ao Exmo. Sr. Deputado Federal Osmar José Serraglio, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 845, CEP 70160-900 - Brasília/DF.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Foi divulgado, no último dia 29 de agosto, o relatório final da CPI dos Correios, cujo termo “Mensalão” entrou definitivamente para o vocabulário político e cotidiano do país, a partir das denúncias de Roberto Jefferson, em junho de 2005.

Osmar Serraglio, Relator da CPI do Correios, merece nossas congratulações e nosso aplauso, pelo excepcional trabalho realizado nessa CPI, que embasou ao Ministério Público oferecer denúncia contra os envolvidos no mencionado esquema, permitindo com isso valorizar o Parlamento, pela aceitação, no Supremo Tribunal Federal, de processo para esclarecimento dos fatos.

De acordo com declarações do próprio Deputado Serraglio, a CPI dos Correios analisou cerca de 4 mil 630 documentos, dando início a um processo de depuração pública e atestando a importância de atuação parlamentar.

Além de sugerir o indiciamento de envolvidos no chamado “Escândalo do Mensalão”, o Relatório da CPI sustenta a adoção urgente de mecanismos de países que conseguiram reduzir a corrupção, inclusive pela mudança de legislação e a criação de Sistema Nacional de Combate à Corrupção, administração pelo TCU, com a participação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras, que seria transformado em uma Agência de Inteligência Financeira, e ainda com a colaboração de outros órgãos de controle e fiscalização, como a Comis-

são de Valores Mobiliários, Banco Central, Receita Federal, Controladoria Geral da União e Advocacia Geral da União.

Pelo tempo de duração da CPI e pelo exaustivo e dedicado trabalho realizado, entendemos justa a homenagem que pretendemos prestar por este requerimento, contando, portanto, com a aprovação dos nobres Parlamentares desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 2611

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em ata dos trabalhos desta Sessão, voto de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Benedito Martins de Oliveira e Zenilda Zanatta Martins de Oliveira que completou 25 anos de união conjugal, celebrando Bodas de Prata. A união do casal iniciou-se com muito amor, e que, por manter as suas raízes no equilíbrio, foi se firmando dia-a-dia, através de convivência ao longo desses anos.

Uma vivência progressiva e madura não tende a acabar, mas amplia-se, uma vez que cada um passa a conhecer vícios e virtudes, manias e costumes do outro. O equilíbrio de amor promoveu a prática da justiça e da bondade, da cooperação e do dever, da afetividade e advertência amadurecidas. O casamento é uma grande escola e esse casal soube construir seu lar em pilares sólidos, aprendendo a arte do convívio, da fraternidade, da solidariedade, sempre cultivando o afeto e respeito.

Sentimos muito orgulho em compartilhar com o casal, sua família e conhecidos, essa data tão importante que está sendo comemorada. Que, ao renovarem seu matrimônio, Deus, em seu infinito amor, os cubra de bênçãos, guiando seus passos e iluminando suas vidas.

Nossos sinceros cumprimentos, extensivos aos demais Pares desta colenda Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2598

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Ilmo. Sr. Diretor-Geral da Polícia Federal, Delegado Luiz Fernando Corrêa, encaminhado “Carta aberta da comunidade santa-helenense”, através da qual pleiteiam solução para os problemas de segurança, principalmente na área rural, principal fonte de renda da economia local.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2599

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, encaminhado “Carta aberta da comunidade santa-helense”, através da qual pleiteiam solução para os problemas de segurança, principalmente na área rural, principal fonte de renda da economia local.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2600

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, encaminhado “Carta aberta da comunidade santa-helense”, através da qual pleiteiam solução para os problemas de segurança, principalmente na área rural, principal fonte de renda da economia local.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 2603

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Comandante-Geral da Polícia Militar, no sentido que seja aumentado o efetivo de policiais militares para os municípios de Ortigueira, Imbituva, Ivaí, Carambeí, Tibagi, e Ponta Grossa, devido as inúmeras reclamações recebidas dos cidadãos destes municípios, vítimas da falta de segurança.

Requer ainda, que seja dada ciência aos Prefeitos dos municípios citados e para os Vereadores das Câmaras Municipais.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) MARCELO RANGEL

REQUERIMENTO Nº 2594

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, valendo-se de suas competências regimentais, SOLICITA informações, por meio desta e após apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis, e para isso que seja enviado expediente ao Sr. Secretário de Estado da Ciência Tecnologia, para que este forneça informações acerca da Universidade Estadual de Maringá-UEM.

1) Quantos cursos de graduação a UEM oferece atualmente?

2) Existe plano de expansão da quantidade de cursos? Em que municípios?

3) Existem atualmente cursos ofertados pela UEM fora do município de Maringá? Quais e em que municípios?

4) Existe plano de investimento ou aumento das atividades da UEM, que estejam sendo implementados no momento? Que municípios contempla?

5) Existe qualquer tipo de tratativa - em andamento ou prevista - com o município de Goioerê?

Diante do presente, na certeza do bom atendimento, em atenção, especial a este parlamentar, contamos com o recebimento, o quanto antes, das respostas necessárias ao esclarecimento da questão.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

REQUERIMENTO Nº 2595

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Presidente da Câmara dos Deputados e aos Deputados eleitos pelo Paraná, a análise, em caráter de urgência, do projeto de lei alterando as Leis Federais nºs 4886/65 e 8420/92.

Trata-se de reivindicação da Associação Comercial e Empresarial de Maringá.

A Lei nº 4886/65, com as alterações da Lei nº 8420/92, fixa no artigo 27, alínea “j”, que a rescisão do contrato de representação comercial importa em pagamento de indenização no valor de um doze avos do total que o representante recebeu durante todo o tempo do contrato. Os valores das comissões deverão ser corrigidos monetariamente.

Referida lei causa temor às empresas e restringe o mercado de trabalho para os representantes comerciais. Dessa forma, além da elevada carga tributária, os empresários convivem com a iminência de pesada indenização. A situação é grave e requer urgência na deliberação mencionada.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 639/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas produtoras de blocos de alvenaria, no estado do Paraná, não poderão colocar no mercado de consumo, qualquer produto em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes, ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, de outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (CONMETRO).

Art. 2º Não será permitida a comercialização de blocos de alvenaria que deixarem de atender às medidas determinadas pela respectiva norma brasileira vigente.

§ 1º Caberá ao IPEM/PR, a fiscalização do disposto no *caput* deste artigo, apreendendo o produto considerado não conforme.

Art. 3º As obras públicas de responsabilidade ou contratadas pelo Governo do Estado do Paraná, administração direta, indireta, empresas públicas e fundações, só poderão ter como insumos, produtos que atendam ao disposto nesta lei.

Art. 5º As empresas produtoras de blocos de alvenaria terão prazo de 06 (seis) meses, a contar da publicação da presente lei, para adaptação de seus produtos.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

A diminuição dos custos das obras tem causado inúmeros acidentes no decorrer do tempo, como é fartamente divulgado pela imprensa nacional, chegando, por vez, a provocar tragédias que não podem ou são difíceis de ser reparadas, tais como perda de vidas, de bens, da história das pessoas afetadas.

Tais eventos não têm sido suficientes para coibir a irresponsabilidade de alguns empresários que buscam o lucro acima de qualquer coisa, deixando a segurança das obras em segundo plano.

Deste modo, cabe ao Poder Público, constituído tomar as providências cabíveis para garantir melhor qualidade dos produtos ofertados no mercado, com vistas a minorar os riscos a que estão expostos os consumidores, sendo este o objetivo do presente projeto de lei. Assim, pedimos o apoio dos Srs. Deputados e Deputadas.

PROJETO DE LEI Nº 640/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O Governo do Estado do Paraná devolverá o valor pago à título de IPVA a toda as pessoas e empresas que tiverem veículos roubados dentro do território de nosso estado.

Art. 2º A devolução deverá ser feita no prazo máximo de 30 dias após o registro de boletim de ocorrência do furto.

Art. 3º O valor devolvido será proporcional ao tempo que ainda restar para completar o ano de contribuição desse imposto pago pelo proprietário ou proprietária do veículo roubado.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

É dever do estado garantir a segurança da população. O fator segurança passa, obrigatoriamente, também, pelo direito à propriedade. A ocorrência de furto de veículo, infelizmente, muito grande no Paraná, é decorrência, em boa parte, da impotência do estado em combate aos marginais. É um contra-senso o cidadão ter o seu veículo furtado e ainda ser obrigado a contribuir com o imposto chamado IPVA. O respeito do estado para com os cidadãos paranaenses deve começar pelo mínimo, neste caso, com a devolução do IPVA já pago. Informo os nobres colegas que outras Assembléias Legislativas já aprovaram projetos semelhantes à presente propositura.

PROJETO DE LEI Nº 641/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. Fica autorizado, o Governo do Estado do Paraná, a criar incentivos fiscais, a serem concedidos às empresas que contratarem empregados com idade acima de 45 anos de idade.

Parágrafo Único. A Secretaria de Estado da Fazenda, juntamente com a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do MERCOSUL, instituirão as condições e a forma de concessão desses benefícios.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei ora apresentado visa possibilitar a abertura ao mercado de trabalho para os profissionais que possuem idade acima de 45 anos, ante a dificuldade que os mesmos encontram em conquistar empregos.

A política de incentivos fiscais já surtiu efeitos e pode ser instrumento muito poderoso na aplicação da justiça social, uma vez que o empresariado paranaense e até internacional, já demonstrou que com incentivos pode crescer em níveis expressivos e assim contratar mais empregados.

PROJETO DE LEI Nº 642/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Academia Paranaense de Letras Maçônicas, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) DOUGLAS FABRÍCIO

JUSTIFICATIVA:

A Academia Paranaense de Letras Maçônicas, com sede e foro no município de Curitiba, fundada em 28 de setembro de 1996, com aproximadamente 11 anos, vem desenvolvendo constante trabalho em favor da sociedade paranaense, contribuindo sobremaneira com o desenvolvimento da cultura maçônica e geral.

Trata-se de uma entidade que tem por finalidade, entre outras, a promoção, manutenção e o desenvolvimento das letras maçônicas em geral, as ciências e as artes. Com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 07.892.860/0001-26 e pela sua importância e representatividade é merecedora em ser considerada por lei, como entidade de utilidade pública do estado do Paraná, pelo que solicitamos apoio e aprovação das Sras.e Srs. Deputados da Assembléia Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 643/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os serviços e obras públicas contratadas mediante concorrência pública devidamente homologada e iniciados durante a gestão de uma administração pública estadual, não poderão sofrer interrupção de continuidade após a posse do Governo subsequente.

Art. 2º A interrupção parcial ou total do disposto no artigo 1º somente ocorrerá mediante proposta devidamente justificada encaminhada pelo Executivo à Assembléia Legislativa até 30 (trinta) dias após a data de início do respectivo mandato.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como objetivo assegurar a continuidade de serviços e obras públicas, por ocasião de mudança de Governo.

As obras e serviços devem ser vistos como atos pessoais, visando atender ao interesse coletivo, não podendo ficar à mercê de caprichos político-partidários ou ideológicos. A simples interrupção ou a paralisação de obras, bem como a suspensão de serviços públicos, importa em grande prejuízo à sociedade, visto que são canalizados vultosos investimentos, contratos são firmados, mão-de-obra contratada e empréstimos contraídos.

É de se ressaltar que, além dos motivos aqui salientados, existem outros de suma importância e, os malefícios

recaem diretamente sobre a população, haja visto os transtornos causados com as obras inacabadas e os serviços não prestados.

Para salvaguardar o interesse público, costumeiramente esquecido e ultrajado por governantes que paralisam obras sem a menor justificativa administrativa, e sim por motivos político-partidários, é que apresentamos este projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 644/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Dispõe sobre a obrigatoriedade da obra pública só poder ser inaugurada, pelo Poder Executivo, quando o serviço para o qual ela foi construída, esteja preparado para o pleno funcionamento imediato.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada, visa garantir que o serviço executado pelo Poder Executivo só poderá ser entregue em perfeito funcionamento.

Existem muitas obras que são inauguradas sem a instalação de todos os equipamentos, tornando a utilização comprometida.

O projeto irá beneficiar todos os paranaenses que, ao final da conclusão da obra, poderão usufruir realmente dela.

Desta forma, esperamos o devido apoio e a consequente aprovação desta colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 645/07

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação de gastos em publicidade, semestralmente, especificando os órgãos de comunicação, bem como os campanhas realizadas com respectivos PADVs em Diário Oficial e órgãos responsáveis pela propaganda oficial do estado.

Art. 2º A divulgação dos gastos em publicidade mensal, em site oficial do Governo na internet, especificando os órgãos de comunicação bem como as campanhas irradiadas com respectivos PADVs.

Art. 3º O não cumprimento da lei, supressões ou desassimilações de informações oficiais implicará em sanções previstas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 03.09.07.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A proposta apresentada, visa a obrigatoriedade da divulgação dos gastos em publicidade, semestralmente.

A exemplo dos custos das obras públicas divulgados nas placas de seus canteiros de obras, que também traz uma série de outras informações obrigatórias, de forma que a transparência com o gasto do dinheiro público possa ser acompanhado pelo cidadão, entendemos que o mesmo deva ocorrer com os gastos em publicidade.

Desta forma, esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação desta colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Finda a leitura do expediente, no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Aproveito para registrar nesta Sessão este artigo que escrevemos no final de semana, que foi publicado por alguns jornais em Ponta Grossa, e que queremos colocar nos Anais desta Casa. O artigo é o seguinte:

(Lê):

“Por que defendo o Ministério Público, do qual tenho que me defender?”

Depois de novo rompante do Sr. Governador, agora visando os poderes e prerrogativas do Ministério Público, passei a ser assediado pela imprensa e pelas pessoas sobre a minha opinião com respeito à questão, pois, para alguns, seria a chance de me desforrar das ações contra mim propostas.

Depois de minhas declarações, alguns passaram a dizer: “Mais uma vez o Joce passou a defender o inimigo. Já não chega ter defendido o Péricles na campanha, o Douglas na briga pela revisão das áreas do Parque das Araucárias e agora o MP...”

Não se trata disto. Tenho paixão pela liberdade e pela democracia. Não gosto de estar amarrado a uma ideologia ou a um grupo. Adoro a liberdade de expressão e pensamento. Penso que a democracia só é verdadeiramente exercida se os representantes do povo constantemente se remetem ao povo para ver seus interesses e necessidades.

Dizem que mudo de idéia constantemente. Isso também é fruto destas duas paixões. Às vezes ouço um grupo de pessoas e acho que elas têm razão nos seus pleitos. Todavia, em todas as situações costumo consultar diversas pessoas, e muitas vezes acabo verificando

que as informações que me foram colocadas não podem ver vistas só sob o ângulo proposto, pois existem outros interesses que devem ser levados em consideração. Se ficar preso a uma idéia fixa ou a um grupo de pessoas, deixo de atender ao coletivo para quem trabalho. Respondendo até a um processo (caso Santa Casa) por ter pedido ao povo sua opinião sobre o aumento da subvenção e da doação.

No caso da defesa do Ministério Público é assim. O Ministério Público, após 1988, recebeu diversos poderes. Pode agir na defesa do meio ambiente, do consumidor, da criança, do adolescente, do idoso, do patrimônio público. Todas estas prerrogativas possibilitam à população maior acesso à Justiça. Sei que o povo tem necessidade de Justiça, como tem de saúde, educação e alimento. Assim, os órgãos de acesso devem ser sempre ampliados e jamais restringidos.

Sei perfeitamente que o Ministério Público, como qualquer outra instituição, é composto de pessoas corretas e outras que se deixam levar pelo poder. Ouvi outro dia, em uma mesa de bar, de alguém que pretendia me consolar, que “os Juízes pensam que são deuses, mas os membros do Ministério Público têm certeza de que são.” Não é só o Fidel Castro e o Hugo Chávez que amam o poder. Muitas pessoas, ao se encontrarem em situação de vantagem, se assoberdam com o poder que têm. Não percebem estas pessoas que o poder só tem sentido quando é dirigido para servir. Quanto mais poder se tem, mais se deve colocar-se a serviço.

Assim, sou contra qualquer forma de tolher as ações do Ministério Público; pelo contrário, acho que o estado tem o dever de investir na melhoria dos serviços prestados. O Ministério Público deve estar à disposição da população não apenas 6 ou 8 horas, mas, o dia todo; deve poder investigar todas as denúncias que lhe chegam às mãos, e não apenas algumas, e ainda de forma eficiente e rápida. Deve aprimorar os conhecimentos de seus membros nas áreas onde atuam. Não basta conhecer Direito, se trabalham para a sociedade devem conhecer todos os mecanismos que interferem na vida da sociedade, seja o momento econômico, seja a questão técnica de Engenharia, de Medicina ou de Contabilidade.

Alguns Promotores acham que não fui bom administrador público. Mas as contas do Ministério Público de 2006 (ainda em fase de aprovação), possuem ressalvas do TCE. Acham também que contratei de forma irregular o pessoal para coleta do lixo que se acumulava na cidade no início de meu mandato, mas, a Chefe do MP também possuía uma funcionária em desvio de função em Brasília. Acha que paguei valores sem decisão judicial e sem autorização legal, mas o MP fez o mesmo com as diferenças salariais de seus membros. Acham que não cumpro as leis, mas em alguns de meus processos deixaram de alegar nulidade quando deveriam ser os primeiros a alertar sobre estas. Se, administrando recursos públicos, o MP comete erros, deve entender que eu e diversos outros Prefeitos também cometemos, e que isso não quer dizer improbi-

dade. Isso não se aprende tolhendo os poderes; ao contrário, deve-se manter as prerrogativas e fornecer meios para que esta Instituição possa fazer melhor seu trabalho, com mais conhecimento e experiência e dedicação.

Estamos vivendo uma época de limpeza e transparência, tanto no Judiciário, como no Legislativo e no Poder Executivo. O mesmo deve ocorrer no Ministério Público. Só lamento que o Governador venha somente se manifestar agora como medida de desforra pela ação contra o nepotismo. Se sabia de fatos irregulares junto ao MP deveria ter se manifestado antes, e até não realizado o termo de ajuste de conduta que fez no final do ano passado.

Em nome dos bons Promotores que dignificam esta Instituição, como Deputado e cidadão vou defender a manutenção das prerrogativas do Ministério Público, porque defendo a liberdade e a democracia e espero que esta Instituição se aprimore cada vez mais, e cumpra de forma cada vez mais efetiva seu papel junto à sociedade.

Jocelito Canto é Deputado e radialista. Foi Prefeito de Ponta Grossa de 1997 à 2000.”

Este é o artigo que quero deixar registrado nos Anais desta Casa. Tem que limpar? Tem que limpar tudo!

Lamento que o Governo só agora venha fazer manifestação contra o Ministério Público, quando deveria ter feito um ajuste de conduta, como fez no ano passado.

Esta artigo também representa um pouquinho daquilo que os Prefeitos do interior gostariam de dizer nesta Casa.

Fica o registro nos Anais desta Casa da história que defendemos, das prerrogativas do Ministério Público neste momento, daquele que também temos que nos defender.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Próximo orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na última quinta-feira usamos o horário da Oposição para discorrer sobre uma denúncia que havia chegado no gabinete da Oposição na Assembléia Legislativa, que diz respeito ao *campus* da Universidade Federal do Litoral.

Naquela ocasião eu não tinha em mãos, ainda, um relatório feito por uma auditoria interna da Universidade Federal. Hoje, já temos em mãos este relatório. Fui muito cauteloso, na quinta-feira, Sr. Presidente, quando eu usava esta tribuna e dizia que estávamos de posse de um documento e, caso isso viesse a se confirmar, que entregaríamos e iríamos solicitar as informações na Secretaria de Ensino Superior do MEC. Foi assim que procedemos, já na quinta-feira à tarde. Enviamos à Secretaria de Ensino Superior do MEC, ou seja, do Ministério da Educação, cópia do relatório feito e concluído em maio deste ano, apontando uma série de irregularidades.

Todos sabemos que a Lei de Diretrizes de Bases dá poderes para as universidades e, de forma especial, à Universidade Federal do Paraná, para que possa, extinguir ou criar até *campus*, desde que seguindo as normas legais. A autoria, feita não pelos Deputados, mas pelas próprias Universidade Federal constatou diversas irregularidades. Por exemplo, nos cursos então criados quando da instalação e autorizados por uma resolução para a criação do *campus* da Universidade Federal no Litoral, esses cursos que foram objeto da criação do *campus* não foram todos instalados, apenas alguns, e outros que não faziam parte do objeto da instalação do *campus* foram criados.

O que falamos na quinta-feira e o que estamos falando hoje? Fazemos uma Oposição fiscalizadora, mas responsável. Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa preocupação é com o litoral do Paraná. A nossa preocupação, Deputado Cheida, é com o estado do Paraná, mas a preocupação maior é com os 1.600 alunos dos cursos de graduação e, também, da escola técnica, porque se não foram cumpridas as normas legais e se os cursos não foram aprovados pelo MEC, esses alunos, tanto no curso graduado ou mesmo na escola técnica, na época da sua formação, o curso não sendo reconhecido, de nada valerá.

Acredito que qualquer Deputado, independente se Oposição ou Situação ou da Bancada Independente, seja ele do PMDB, Democratas, PT, não nos interessa, o que queremos é que a sociedade...

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Consulto V. Exa.: um minuto para concluir ou passa a usar o horário dos Democratas?

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Democratas.

O SR. PRESIDENTE (**Pastor Edson Praczyk**)

Ok! Mais 10 minutos.

Passa usar o horário da Liderança dos Democratas

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Qualquer Deputado de posse de alguma denúncia tem que procurar averiguar se isso é verdadeiro ou não. Seria uma irresponsabilidade nossa, de qualquer Deputado, se recebesse uma denúncia e se não se aprofundasse, Deputado Cheida.

O que queremos, apenas, é que o Ministério da Educação nos confirme se os cursos hoje, e se o *campus* da Universidade Federal do Litoral está legalmente constituída e se os alunos, quando vão se formar, se o curso está reconhecido. O que não podemos, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é de repente, fazer com que os alunos que lá estudam, na época de receber o seu diploma, o curso não esteja reconhecido. Aí se cria uma falsa expectativa.

Todo respeito que tenho pelo Reitor da Universidade Federal, o Carlos Moreira, conversei uma ou outra vez com ele, não tenho uma ligação mais aprofundada, mas não posso concordar com a entrevista que ele concedeu à Gazeta do Povo, que foi publicada na sexta-feira, dizendo que os Deputados da Oposição estavam prestando um desserviço ao Paraná. Ora, um desserviço presta um cidadão ou uma pessoa que não cumpre a legislação! Não estou dizendo que o Reitor não tem cumprido, o que queremos é apenas que a verdade prevaleça, que o MEC preste as informações para os Deputados, aquilo que foi indagado. Se este relatório, aqui feito pela auditoria da Universidade Federal, é verdadeiro ou não. E se é verdadeiro, se as irregularidades aqui apontadas já foram cumpridas. Apenas isso.

Não sou professor da Universidade Federal, não sou funcionário dela, mas sou um Deputado. Somos Deputados e devemos zelar pelo bem-estar e fiscalizar os atos do Governo.

Agora, com base naquilo que levantamos na quinta-feira e com base na entrevista do Reitor da Universidade Federal, está hoje mais uma vez na Gazeta do Povo, na coluna do Celso Nascimento, uma professora que contesta e desmente as declarações do Reitor. O Reitor, Deputado Beti, diz que todas as falhas existentes neste relatório já foram resolvidos, que apenas uma parte do relatório havia sido divulgado, havia chegado às nossas mãos. Se apenas uma parte chegou às nossas mãos, então deve existir uma segunda parte. Então, o MEC que nos informe se está tudo legal.

Não podemos criar, Deputado Romanelli, com os acadêmicos lá da Universidade Federal do Litoral, uma preocupação, um desespero, de repente. O meu gabinete recebeu ligações hoje, não estive pela manhã no gabinete, pergutaram se isso se referia ao *campus* de Matinhos ou *campus* de Pontal do Paraná. Nem mesmo seis onde funciona esse *campus*, mas o relatório se refere a Matinhos. O que queremos? Apenas que as dúvidas sejam esclarecidas, oficialmente.

E, tomamos conhecimento também, que hoje estaria aqui em Curitiba e já foi convocada uma coletiva oficial de imprensa, do Secretário de Ensino Superior do MEC. Espero que o Secretário possa esclarecer já para a imprensa, talvez antes mesmo que chegue o nosso documento no MEC, porque ele foi protocolado, na verdade, na sexta-feira. Hoje é segunda. Por coincidência ou não, mas hoje estará aqui o Secretário da Secretaria Superior do MEC. Quais os temas abordados? Não sei. Até gostaria, e quem sou eu para dizer o que a imprensa deve fazer ou não, mas se for confirmada a coletiva hoje, que a imprensa já pergunte para o Secretário se as dúvidas que levantamos, que existem aqui no relatório, são verdadeiras ou não, ou se o relatório é falso. É só isso que queremos. Agora, o que não podemos, volto a dizer, Deputado Romanelli, é nos calar diante dessa denúncia que chegou a nós e não podemos cruzar os braços.

É apenas isso que queríamos registrar no dia de hoje, porque estranhamente também, Sr. Presidente, conforme o relatório e a resolução que criou o *campus* da

Universidade Federal do Litoral, dia que uma comissão iria acompanhar permanentemente a evolução dos cursos instalados no litoral. E, estranhamente, conforme o relatório, a última ata é de junho de 2005, há mais de 2 anos não existe uma ata dessa Comissão Especial.

Se o Deputado Romanelli deseja usar o aparte, eu lhe concedo, caso contrário, era isso que eu queria colocar. E com toda a certeza, o Deputado Romanelli, no dia de amanhã talvez até os próprios Deputados do PT que estão ligados ao Governo Central, possam emprestar as informações necessárias. Mas, o que queremos, efetivamente, Deputado Romanelli, além das informações, precisamos que, efetivamente, seja oficiado e oficializado com documentos se isso aqui é verdadeiro ou é mentiroso.

Concedo um aparte ao Deputado Romanelli.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

Deputado Elio Rusch, em primeiro lugar, obrigado por ter, por alguns minutos, permitido que eu buscasse aqui algumas informações que eram justamente sobre o tema que V. Exa. aborda na tribuna.

Quero dizer que conversava com a Secretária de Ensino Superior do Estado do Paraná, Lygia Pupatto, e ela me dizia que em relação ao funcionamento da Universidade do Litoral a responsabilidade do estado vai justamente naquele convênio que foi elaborado, onde o estado entrou com toda a estrutura física para funcionar a Universidade do Litoral. Agora, ela é, de fato, uma modalidade nova de uma inovação da estrutura convencional da Universidade Federal do Paraná, na medida em que ela foi criada, a a partir, é claro, da autorização do MEC, para funcionar como uma universidade, como uma extensão, na verdade, do *campus* da Universidade do Litoral do Estado do Paraná naqueles cursos que são definidos.

De qualquer forma, penso que é necessário que a Universidade Federal do Paraná possa nos fazer os esclarecimentos sobre o tema. Acho que o tema é pertinente de ser esclarecido. Agora, reconheçamos que não seria a Universidade Federal do Paraná, ela que é a grande responsável depois da extinção das Delegacias do MEC no Paraná, para poder, de fato, promover o registro e a autorização de funcionamento de todos os cursos, inclusive das faculdades e universidades privadas que temos no estado. É ela que faz o registro de todos os diplomas dessas instituições, sejam públicas ou privadas, então efetivamente não é essa a instituição, ela que é uma instituição centenária, que iria descumprir a lei.

Efetivamente, vamos buscar os esclarecimentos necessários e, claro, dar a tranquilidade a todos. Mas, penso que esse tema está sendo posto dessa forma e pautado dessa forma, porque o atual Reitor da Universidade Federal do Paraná, a nossa UFPR, ele é, efetivamente, o professor Carlos Moreira, e se comenta da possibilidade de ele vir a ser candidato a Prefeito da capital. Penso que esse tema, na verdade, o fato de misturar as coisas do Reitor, se é um possível candidato, é que deve estar politizando esses temas todos no sentido de promover um desgaste.

O Reitor Moreira faz uma gestão que é absolutamente elogiada por todos, ou seja, já é o 2º mandato como Reitor, colocou na verdade a Universidade Federal do Paraná como uma das melhores do nosso país, com investimentos, com grandes realizações.

Certamente, esse tema que V. Exa. aborda tem que ser tratado, claro, com a seriedade que V. Exa. trata. Percebi que V. Exa. está muito preocupado em não criar, de fato um factóide com relação a isso, na verdade preocupado em aprofundar o tema e esclarecê-lo. Acho que o tema tem que ser abordado com essa responsabilidade para que, claro, não possamos intranquilizar aqui nesta Casa os alunos, os familiares, os profissionais todos, professores que prestam serviços nessa instituição que está modificando a realidade do litoral paranaense, nesta grande parceria entre o Governo do Estado e o Governo Federal nesse sonho que era ter uma instituição que está modificando, tanto no município de Pontal, no *campus* de Pontal do Paraná, quanto de Matinhos, a realidade do litoral paranaense em relação ao ensino superior, especialmente nessa parceria que envolve o Governo Estadual e o Governo Federal,

Era isto, Deputado, obrigado pelo aparte.

O SR. ELIO RUSCH (Democratas)

Agradeço o aparte do Deputado Romanelli e dizer que em momento nenhum, e V. Exa. como todos os Deputados podem verificar, em momento nenhum partimos para o campo político, nem na quinta, nem na sexta da semana passada, nem no final de semana e muito menos hoje, quando ocupo esta tribuna.

Aliás, acredito que na educação não deveria ter ingerência política. À educação tem que ser dado o respeito, o que ela merece.

Então, os governantes que administram uma instituição ainda como a Universidade Federal do Paraná - acho que lançar o próprio Carlos Moreira como pré-candidato do PMDB, acho que foi uma precipitação do próprio partido e que pode se levar exatamente a questão política dentro da universidade, que não interessa a ninguém.

Agora, não sei se as denúncias vieram pelo fato de ele ser político ou não, mas acredito que não, porque o relatório, Deputado Romanelli, data do dia 11 de maio e nós estamos em agosto e me parece que surgiu o nome do Carlos Moreira após essa auditoria realizada pela própria instituição.

Então, o que nós queremos? É que apenas a verdade prevaleça e que à sociedade do Paraná sejam esclarecidas as dúvidas e que o Ministério da Educação dê uma resposta, principalmente para os 1.600 alunos.

Nós precisamos, sim, Deputados, desenvolver o litoral do Paraná. O litoral não pode ter sua economia única e exclusivamente baseada no turismo durante os 90 dias, ou seja, dezembro, janeiro e fevereiro. Se conseguirmos concretizar e fazer com que o *campus* da Universidade Federal do Litoral seja uma realidade,

desde que seguidos os trâmites legais, por que não? É isto que nós almejamos! Quanto mais escolas conseguirmos construir, quanto maior o número de cursos, seja de ensino médio ou técnico, ou mesmo superior, melhor para a sociedade do Paraná. E cabe a nós, Deputados, apenas a fiscalização.

Quero deixar registrada a minha posição, o meu descontentamento com a frase infeliz dita pelo Reitor da Universidade Federal. Acredito que ele não foi feliz quando disse que os Deputados da Oposição estavam prestando um desserviço para o Paraná. Eu poderia dizer a ele o seguinte: diante dos documentos o *campus* da Universidade Federal do Litoral existe, de fato, mas de direito não. Mas eu não quero ser leviano. Espero que as irregularidades apontadas nesse relatório já tenham sido sanadas e que os universitários, e também da escola técnica, possam concluir o seu curso, receber o diploma, com os cursos já reconhecidos.

O SR. PRESIDENTE (Pastor Edson Praczyk)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sr. Presidente, nobre Pares.

Por delegação dos nobres Deputados e atendendo a um convite da Digníssima Promotora de Justiça da 11ª Promotoria de Justiça de Londrina, Dra. Luciana L. Moreira, estive em Assunção, no Paraguai, na última semana, na 5ª Reunião do Grupo de Gestão Compartilhada por Bacias Hidrográficas.

Essa reunião deu seqüência à programação do Programa das Nações Unidas para o meio ambiente, onde o direito ambiental envolvendo países fronteiriços, como é o caso do Brasil, Argentina e o Paraguai, discutiu-se as experiências das respectivas instituições quanto ao direito ambiental, o dano ambiental e o acesso à Justiça. Preocupação também da ONU nesse evento.

Entre os inúmeros problemas pertinentes na fronteira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos o tráfico de animais silvestres. O Paraná é uma janela escancarada para os países do MERCOSUL e dali para o resto do mundo, Deputado Miltinho Pupio, onde o tráfico de pássaros e mesmo cobras, aranhas, para experiências médicas e outras coisas, é uma constante.

Tão grave quanto isto, Sr. Presidente, é o que entra no Brasil, vindo da China, através do Paraguai, que são os agrotóxicos batizados com moléculas sabidamente problemáticas, em termos de saúde humana e que, segundo relato dos Promotores, 30% do agrotóxico despejado no oeste paranaense, Deputado Elton Welter, ali na sua Toledo, Palotina e adjacências, já é considerado agrotóxico contrabandeado, pirateado, principalmente com moléculas da China. O nosso agricultor não lê bula

nem em português, em chinês muito possivelmente ele também não o faça. Este é um segundo problema que se soma ao tráfico de animais silvestres.

O contrabando de madeiras, Sr. Presidente, madeira na forma de carvão, principalmente, que saem e entram, mas mais entra hoje, vindo do Paraguai e da Argentina, da Província de Misiones, do que sai do Brasil, atestando que o Brasil é um grande consumidor e um grande mercado de madeira natural, nativa, retirada desses países.

Enfim, estes problemas que incrementam a situação de insegurança que campeia na chamada tríplice fronteira. Os Promotores presentes pretendem edificar uma atuação por bacias hidrográficas, inspirados na proposição da Dra. Luciana Lepri, que tem percorrido o mundo, defendido suas teses, sendo reconhecida, aplaudida e premiada por seu trabalho desenvolvido aqui no Paraná.

Na presença do Secretário do Meio Ambiente do Paraná, Rasca Rodrigues e outras autoridades do Executivo paranaense e de outros países, de técnicos da Itaipu Binacional, eu pude lembrar, Sr. Presidente, que ao Parlamento do MERCOSUL, em construção, devem somar-se a ele as Assembléias Legislativas dos Estados que fazem fronteira do Brasil com a Argentina e o Paraguai. E, sem sombra de dúvidas, a Assembléia Legislativa do Paraná pode dar este primeiro exemplo.

Na questão ambiental, o Paraná, Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem muito a ensinar, porém necessita do empenho conjunto e também oferece o seu trabalho, naturalmente, dos países liminhos e amigos como o Paraguai e a Argentina.

Agradeço a delegação desta Casa e espero tê-la representada à altura, bem como à altura haver representado o povo do Paraná nesse encontro das Nações Unidas, ocorrido em Assuncion.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, Sr. Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para fazer um brevíssimo relato do que foi o Congresso do Partido dos Trabalhadores, que ocorreu na sexta-feira, no sábado e no domingo, onde estiveram presentes o Deputado Luizão, Deputado Elton e eu. Eu, como observador, por ser membro do Diretório Nacional.

Acho que é importante ressaltar algumas medidas que foram aprovadas e que não são, necessariamente, questões internas. Obviamente que o Congresso de um partido tem por objetivo, na maior parte das suas decisões, influenciar em questões internas do partido.

Parece-me que há 3 questões que são importantes para o PT, mas são importantes também no debate com a sociedade.

Uma delas diz respeito ao plebiscito que já está sendo executado, da Vale do Rio Doce, que o PT decidiu no seu congresso que todos os seus diretórios irão participar do plebiscito, chamado por diversas entidades, por diversos movimentos no Brasil todo.

A outra é uma antecipação do processo de eleição direta do Partido dos Trabalhadores, uma vez que os mandatos venceriam no ano que vem, mas houve um entendimento que deve se abreviar esses mandatos em um ano e fazer uma nova eleição que ocorrerá até o dia 16 de dezembro, quando elegeremos os Presidentes dos Diretórios Regionais, os Presidentes dos Diretórios Estaduais, o Presidente Nacional do PT. Esperamos mobilizar em torno de 400 mil filiados nessas eleições.

E a terceira decisão, que me parece extremamente interessante e que irá motivar muitos debates no Brasil todo, é a proposta de termos um Constituinte exclusiva para fazermos a reforma política. Houve entendimento que o atual Congresso Nacional não tem, pela sua composição, condições de fazer uma reforma política sem que estejam envolvidos interesses muito específicos do próprio Congresso. Aí há a oportunidade de fazermos com a sociedade um debate para que diversos setores da sociedade indiquem, participem e vejam qual é a melhor forma de termos uma Constituinte exclusiva, que teria como único objetivo fazer uma reforma política, inclusive rediscutindo o papel do Senado Brasileiro. Papel do Senado, que muitas vezes é questionado e que, de fato, se precisamos ter duas Câmaras no Brasil, ou deveríamos ter o sistema unicameral e que aceleraria todos os processos e os trâmites que temos hoje de diversas leis, que são muitas vezes de interesse nacional, mas que acabam esbarrando, por força da legislação, acabam esbarrando em votações, quando as votações não são unificadas nessas duas Casas.

Dito isso, gostaria de fazer um registro para os Deputados que fazem parte da Frente Parlamentar de Acompanhamento do Potencial Energético do Paraná. Solicitamos à COPEL que nos enviasse o zoneamento energético do Paraná. Isso ocorreu no dia de hoje. Recebi hoje em meu gabinete todo o relatório da COPEL e irei enviá-lo a toda comissão.

Quero também deixar registrado que apesar de já fazer 1 mês que solicitamos que a COPEL nos envie as respostas, que ela diz que enviou ao IAP, das 70 condicionantes para que a Usina de Mauá seja instalada, até o presente momento não recebemos. Liguei na sexta-feira para o Presidente do IAP, ele não pôde nos atender, porque segundo a sua assessoria não estava em Curitiba. Vou tentar novamente durante esta semana contato com o Presidente do IAP. Acho que é necessário que ele venha até a comissão para que a Usina de Mauá não seja feita como fato consumado. Ou seja, começa-se a fazer as obras e depois de iniciadas as obras não há o que se discutir, porque a licença de instalação obviamente terá que ser dada.

Então, gostaria de pedir para pudéssemos, nessa comissão, fazer uma reunião ainda nesta semana, antes de quinta-feira, e solicitar a presença do Presidente do IAP aqui nesta Casa, para que possamos deliberar a respeito de quais vão ser as ações que essa comissão irá tomar.

Agradeço a atenção dos Srs. Deputados.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS) (**Pela Ordem**)

Só para comunicar aos Srs. Parlamentares que amanhã, na sala das comissões, estaremos recebendo o Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Sr. Fernando Guimarães, que irá nos fornecer informações sobre o seu parecer a respeito de irregularidades apontadas pelo seu relatório com relação a gastos de publicidade. Amanhã, às 11h00, na sala das comissões - Comissão Permanente de Comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente!

Passamos a palavra ao Deputado Elton Welter.

Liderança do PT: Deputado Elton Welter

O SR. ELTON WELTER (PT)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não poderia deixar de usar esta tribuna na qualidade de Líder da bancada e no momento histórico que vive o nosso partido, que fez o seu 3º Congresso, de sexta-feira até o dia de ontem. Também estive lá presente, como o Deputado Tadeu, Deputado Luizão, os paranaenses foram representados em torno de 60 Delegados. O partido mostrou o vigor que tem do sul ao norte do país, todos os estados da federação muito bem representados. A capilaridade que esse partido tem é uma forma extraordinária, uma força muito grande. O PT mostrou todo seu vigor, apontando o futuro do partido, discutindo, do ponto de vista filosófico, aquilo que deseja daquilo que seria ideal numa democracia brasileira. Defendemos com muito vigor, com unanimidade, a visão do socialismo democrático construído com a ampliação, o fortalecimento das instituições republicanas. Tiramos encaminhamentos muito positivos, aqui já falados pelo Deputado Tadeu, que acredito, inclusive, a crise que gerou no passado a questão do mensalão e todo mundo sabe. Infelizmente não se quer fazer a reforma política tão desejada. Todos sabem que o que originou essa crise foram os recursos do setor privado que vão para as campanhas políticas. E não se fez a reforma política. Por isso o PT apontou nas suas resoluções para que se faça, se construa

uma Constituinte exclusiva para tratar desse tema, que é a reforma política.

Também foi aprovado um Código de Ética do partido, para regular a atuação dos nossos militantes, dos nossos filiados, dos detentores de cargos em comissão e eletivos. Então, isto é muito importante. Sinaliza a disposição de um partido que quer fazer com que seu filiado, seu dirigente, ande na linha.

E também para a nossa felicidade, o PT apontou para fazer o processo de eleição direta. Aliás, é o único partido que faz eleições diretas internas nesta república. É um partido que vai, no mês de dezembro, fazer as eleições elegendo as novas direções municipais, estadual e federal, para estar preparado, com muito vigor, para as eleições municipais do ano que vem.

Isto, de fato, mostra o vigor do nosso partido, e eu, como Líder de bancada, estou muito contente, porque houve muita unidade no Encontro Nacional, das decisões dos nossos Delegados que lá foram. Isto é muito importante para o Partido dos Trabalhadores.

Também, Sr. Presidente, queria fazer um informe importante da Comissão Especial que V. Exa. instalou, a qual presido, que trata dos preços dos insumos agrícolas. Fizemos uma primeira reunião, na semana passada, muito produtiva. Esta semana terá outra reunião, às 10h da manhã, na sala das comissões. Desde já todos os Deputados da comissão estão convocados. E esta Comissão, Deputado Cheida - que fez um pronunciamento interessante, aqui - já identificou, uma das partes do relatório deverá recomendar para que, na área dos insumos ligados tanto a herbicidas, inseticidas ou na área de adubos, que se trabalhe rapidamente, porque foi legislado a nível federal a questão dos genéricos. Haverá de se trabalhar aqui no estado, que se constituem indústrias, que se organizem para nós, aqueles produtos nos quais está liberada a patente, do ponto de vista tecnológico, que já se faça imediatamente. Quem sabe o Paraná seja um dos pioneiros para trabalhar esta questão de produzir genéricos para baixarmos os preços dos insumos agrícolas.

Outro ponto que se levantou, que é apenas uma hipótese, mas pode virar realidade, como o estado fez um leilão, um edital para comprar tratores, baixando de forma significativa o custo desses tratores, se for possível levaremos essa proposta para fazer também um edital na compra do NPK, o nitrogênio, fósforo e potássio.

Tenho convicção de que vamos interferir neste mercado, porque ele é abusivo, e o preço dos insumos, na área dos fertilizantes, subiu em média, nos últimos tempos, próximo a 30%. Uma inflação baixa, infelizmente, o custo de produção fica alto para o produtor e esta casa, Sr. Presidente, cumpre seu papel como mediadora dos apelos dos agricultores, da classe produtora, e irá certamente apontar soluções possíveis que serão dirigidas ao Ministério da Agricultura. Chegará às mãos do Ministro paranaense Reinhold Stephanes, à Câmara

Federal, à Comissão de Agricultura, que tem parceria com nossa comissão, constituída aqui. Há um desejo, de fato, de que achemos um caminho onde não ocorra o abuso na cobrança do preço dos insumos, na medida em que ocorre, por exemplo, a queda do dólar a nível internacional e o preço dos insumos, que são cotados em dólar, não caem na mesma proporção.

Muito obrigado!

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Ofício nº 215/07, subscrito pelo Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária de hoje (03/09/07), por motivo de saúde. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Ofício nº 101/07, subscrito pelo Deputado Elton Welter, constante do expediente, encaminhando atestado médico referente às suas faltas nos trabalhos desta Casa de Leis, durante os dias 20 a 25 de agosto. **À Diretoria Legislativa, para as providências necessárias.**

Indicação nº 272/07, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador e ao Sr. Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, a redução de taxas de energia elétrica no período noturno, das 21h30 às 6h00 da manhã, em granjas de aves, suínos, bovinos, peixes e demais atividades rurais, destinadas à produção em escala comercial, bem como às agroindústrias instaladas na zona rural. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 273/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, propondo ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, o recapeamento asfáltico da rodovia que liga as cidades de Cruzeiro d'Oeste e Campo Mourão. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando a Deputada Rosane Ferreira para representar esta Casa de Leis, na 8ª Conferência Estadual de Saúde do Paraná, nos dias 11 a 14 de outubro de 2007, na cidade de Londrina/PR. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em número de 03 (três), de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Esta presidência anuncia com satisfação a presença do Deputado Federal Setim. Seja bem-vindo à Casa!

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 377/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que institui o Programa Saúde do Adolescente no estado do Paraná. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 052/07, de 22/05/07, em Projetos de Lei).

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 397/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que altera o *caput* do artigo 1º da Lei nº 14895, de 09 de novembro de 2005, que dispõe sobre tratamento tributário em relação aos ICMS aos estabelecimentos industriais de produtos eletroeletrônicos, de telecomunicações e de informática, em favor de empresas localizadas em Foz do Iguaçu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 397/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o *caput* do artigo 1º da Lei nº 14895, de 09 de novembro de 2005, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Aos estabelecimentos que industrializarem produtos eletroeletrônicos, de telecomunicação e de informática, localizados nos municípios de Foz do Iguaçu, Pato Branco, Francisco Beltrão e Dois Vizinhos, municípios com funcionamento, nesta data, de Universidades Federal Tecnológicas, fica outorgado o seguinte tratamento tributário em relação ao Imposto sobre Opera-

ções Relativas a Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.08.07.

(aa) NEY LEPREVOST - Presidente
OSMAR BERTOLDI - Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 465/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jeroslau Pauliki. **Aprovado. (Publ. no DA nº 070/07, de 25/06/07, em Projetos de Lei).**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 465/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jeroslau Pauliki.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.08.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 562/07, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, que declara de utilidade pública a Fundação Educere de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 562/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Fundação Educere de Campo Mourão, com sede e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.08.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 563/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de utilidade pública a Instituição de Ensino e Pesquisa

Oftalmológica de Maringá - HOFTALMAR, com sede e foro no município de Maringá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 563/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Instituição de Ensino e Pesquisa Oftalmológica de Maringá, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.08.07.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
TERUO KATO - Relator

3ª Discussão

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública o Centro de Educação Infantil São José, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 573/07, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Fluvópolis, com sede e foro no município de São Mateus do Sul. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada.** Projeto - **Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que declara de utilidade pública estadual, a Associação Beneficente Dikaion, com sede e foro na cidade de Piraquara. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Está em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Está em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 592/07, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de utilidade pública estadual a Associação Comunitária Vila Rural Flor do Campo, com sede e foro no município de Campo Mourão. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 601/07, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública o Centro de Integração Digital - CID, com sede e foro nesta capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão**ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 103/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel no Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CAICTM E CEMA. COM EMENDAS DA CCJ. **(Publ. no DA nº 010/07, de 13/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 103/07

P A R E C E R :**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, tem como escopo desenvolver o Programa de Incentivo à Produção de Biodiesel no Estado do Paraná.

Conclusão

Considerando que a presente proposição cumpre os requisitos constitucionais e legais para sua normal tramitação, o parecer é pela aprovação, na forma das emendas, em anexo.

Sala das Comissões, em 09.05.07.
(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 103/07

De acordo com o que autoriza o Regimento Interno desta Casa de Leis, com fulcro no artigo 137, parágrafo 1º, somos pela supressão dos seguintes artigos:

Art. 2º O Poder Executivo, anualmente, fixará o valor do incentivo a ser concedido na forma desta lei.
(...)

Art. 4º Fica autorizada a criação do Fundo Especial de Apoio aos Produtores de Biodiesel no Estado do Paraná, conforme regulamentação do Poder Executivo.

Sala das Comissões, em 09.05.07.
(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 103/07

De acordo com o que autoriza o Regimento Interno desta Casa de Leis, com fulcro no artigo 137, parágrafo 3º, inclui-se o seguinte artigo ao projeto de lei:

“Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 26.03.07.
(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
FRANCISCO BÜHRER - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 103/07

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise tem como escopo o fomento à produção do biodiesel no estado do Paraná.

Tendo em vista que o projeto já foi emendado e teve as necessárias diligências à época de seu trâmite na CCJ, esta comissão, por meio de suas atribuições, não encontra óbice algum para a regular tramitação do mesmo.

Em assim sendo, respeitadas todas as disposições concernentes à Lei Complementar nº 101/00 - Lei de Responsabilidade Fiscal, opinamos pela aprovação do projeto em tela, exarando assim parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.05.07.
(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI Nº 103/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria da Deputada Cida Borghetti, dispõe sobre a criação do Programa de Incentivo à produção de Biodiesel no Estado do Paraná.

Em que pese a finalidade e intenção do presente projeto seja de grande importância para o desenvolvimento e fomento à produção de energia renovável, conforme parecer da Receita Estadual, a pretensão de vincular receita proveniente de impostos, antes que a mesma seja arrecadada é vedada nos termos da Constituição Federal.

Ademais, o presente projeto visa criar um benefício, na forma de bônus, o qual seria concedido ao produtor e empreendedor do ramo de biosiesel pelo poder público, correspondente ao valor do incentivo autorizado pelo Poder Executivo, entretanto, conforme destacou a Receita Estadual, quaisquer benefícios fiscais, relativos ao ICMS, que importe redução ou eliminação, direta ou indireta dos respectivos ônus, somente pode ser concedido com o consentimento de todas as unidades que compõem a federação, por meio de um convênio, firmado junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária, nos termos da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 024/75 e Lei Estadual nº 11580/96, que dispõe sobre o ICMS no âmbito estadual.

Ainda, a concessão deste benefício fiscal poderia comprometer a arrecadação do estado, considerando os números compromissos assumidos e metas que dependem do erário. Tal benefício fiscal também traria prejuízos quanto à arrecadação dos municípios, já que os valores arrecadados do ICMS e IPVA são proporcionalmente repassados aos municípios.

Conforme parecer da receita estadual, o projeto não determina quais os parâmetros para a concessão do benefício, o que facilitaria a ocorrência de fraude.

Por fim, destaca-se que há outras formas do Governo incentivar e fomentar a produção e desenvolvimento de combustíveis renováveis, como o Governo do Paraná já vêm fazendo com a redução da base de cálculo do ICMS autorizado por convênio e outros incentivos.

Portanto, em face do exposto, e de acordo com o parecer 067/07 da Receita Estadual, opino desfavoravelmente à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 11.07.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente
MAMEDE - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE
PROJETO DE LEI Nº 103/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria da nobre Deputada Cida Borghetti, que objetiva criar o Programa de Incentivo à produção de biodiesel no estado do Paraná.

A douta Comissão de Constituição e Justiça já apresentou parecer favorável ao projeto, ao analisar sua constitucionalidade e legalidade.

Chamada a opinar, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente acompanha os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, na forma das emendas, e da Comissão de Finanças, tendo em vista que a presente proposição objetiva criar um programa de incentivo à produção de biodiesel, através da desoneração progressiva no pagamento de impostos estaduais e cria, também, o Fundo Especial de Apoio aos Produtores do Biodiesel no estado do Paraná.

Sendo assim, esta Comissão emite seu parecer favorável à proposição nº 103/07.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente
OSMAR BERTOLDI - Relator

Está em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero encaminhar contrariamente à constitucionalidade desse projeto, porque sinceramente não sei como ele passou pela Comissão de Constituição e Justiça. O projeto de autoria da Deputada Cida Borghetti dispõe sobre um programa de incentivo à produção de biodiesel no estado do Paraná, mediante a desoneração progressiva no pagamento de impostos estaduais. O benefício previsto na proposição corresponderá ao recebimento pelo produtor de oleaginosas destinadas à fabricação de biodiesel, bem como pelo empreendedor que instalar usinas de biodiesel, tem um bônus expedido pelo Poder

Público correspondente ao valor do incentivo autorizado pelo Poder Executivo. E esses bônus poderão ser utilizados no pagamento do imposto sobre a transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens ou direito do imposto sobre operações sobre o ICMS e sobre o IPVA. Ou seja, num valor de até 15% sobre esse imposto.

Bom, na verdade, em que pese a relevância da presente proposição a pretensão de vincular receita proveniente de impostos antes mesmo que esse recurso seja arrecadado, é vedado pelo inciso 4º do artigo 167 da Constituição Federal, que dispõe aqui sobre a vinculação de receita. E destaca-se ainda que qualquer benefício fiscal relativamente ao ICMS que importe em redução ou eliminação direta, ou indireta, dos respectivos ônus, somente pode ser concedido com a anuência de todas as unidades federadas através de celebração de um convênio firmado especificamente para esse fim junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária, o CONFAZ. E além disso, o biodiesel, resultando da industrialização de grãos, de sebo bovino, de sementes de palma, já está sendo beneficiado na legislação paranaense com autorização de convênios do ICMS 113/06 e 160/06 com uma redução na base de cálculo de forma que a carga tributária seja equivalente a 12% do valor das operações. E restante, é claro, ainda a questão da propositura com base na nossa Constituição Estadual que seja o vício de iniciativa dessa propositura. Por isso que nós encaminhamos contrário ao presente projeto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado, apenas há sobre a mesa aqui chegando um requerimento pedindo a retirada do projeto por 3 Sessões, até porque a autora do projeto encontra-se ausente, e ficará ausente acho que até por mais 3 Sessões. Em que pese o requerimento esteja chegando agora apenas...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Para Encaminhar**)

V. Exa. pode deferir o requerimento, eu só fiz o encaminhamento porque não havia o requerimento e o projeto constava da Ordem do Dia e o parecer técnico que nós temos é contrário ao projeto, reconhecendo a relevância do tema que é abordado pela Deputada Cida Borghetti, mas reconhecendo que o projeto efetivamente passou até pela Comissão de Justiça...

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Eu não tenho dúvida que o parecer técnico que V. Exa. tem...

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Concordo que o requerimento tem prevalência à Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Está em votação o Requerimento nº 2618-A, de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do

expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 103/07.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 420/07, de autoria do Deputado Dr. Batista, que cria no estado do Paraná, o Programa de Obras para Captação e Armazenamento de Água Pluvial. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, COPTC E CEMA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 061/07, de 06/06/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 420/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei apresentado pelo Deputado Dr. Batista, tem como escopo criar o programa de obras para captação e armazenamento da água pluvial, visando seu maior aproveitamento e a diminuição do consumo de água tratada e a conseqüente diminuição do valor paga às empresas distribuidoras.

Fundamentação

A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 53, estabelece que a Assembléia Legislativa detém a competência para legislar sobre planos e programas de desenvolvimento:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, (...) dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:

(...)

V - Planos e programas estaduais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

Ainda, em seu artigo 207, garante à população o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo ao estado o dever de defendê-lo e preservá-lo, garantindo a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais:

Art. 207. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao estado, aos municípios e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as gerações presente e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

Assim, o projeto em tela cria um programa de atribuição e até mesmo obrigação do Poder Legislativo Estadual, não encontrando nenhum óbice-se quando a sua legalidade e inconstitucionalidade.

Conclusão

Desta forma, tendo em vista a constitucionalidade do projeto em tela, esta Comissão opina por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 26.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

MAURO MORAES - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 420/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 420/07, de autoria do Deputado Dr. Batista que objetiva criar, no estado do Paraná, o Programa de Obras para Captação e Armazenamento de Água Pluvial.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à legalidade e constitucionalidade da mesma. Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas entende que a proposição irá beneficiar toda a sociedade paranaense, prevenindo uma futura escassez, com a realização de um programa de captação e armazenamento da água.

Sendo assim esta Comissão emite seu parecer favorável à Proposição nº 420/07.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.08.07.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE PROJETO DE LEI Nº 420/07

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Dr. Batista, pretende criar no estado do Paraná, o Programa de Obras para Captação e Armazenamento de Água Pluvial.

Chamada esta Comissão de Ecologia e Meio Ambiente a opinar, e entendendo que nada obsta ao seu prosseguimento, apresentamos parecer favorável ao prosseguimento do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 28.08.07.

(aa) LUIZ EDUARDO CHEIDA - Presidente

CLEITON KIELSE - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 026/07, que estabelece normas do processo administrativo fiscal de instrução probatória relativo ao rito de cobrança administrativa das taxas de exercício do poder de polícia e de serviços prestados pelo corpo de bombeiros, instituídas pela Lei nº 13976, de 26 de dezembro de 2002. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/07, de 16/07/07, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 511/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto, encaminhado por Mensagem pelo Poder Executivo, tem por finalidade criação de lei estadual, na qual se estabelecem ditames para o Processo

Administrativo Fiscal referentes à taxas pelo exercício do Poder de Polícia e de serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros do Paraná.

Legitimidade e Constitucionalidade

Como aspecto inicial, deve ser perquirida acerca da competência para legislar sobre o tema, que exsurge como sendo processo administrativo, em nível estadual. O art. 24, X, da Constituição Federal dispõe do seguinte modo:

Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

XI - procedimentos em matéria processual;

Existe em nível federal lei, de nº 9784/99, que dispõe sobre o processo administrativo em nível federal. Deve se entender esta lei como sendo uma base para todo o processo administrativo. No entanto, como foi criada taxa, por exemplo, referente à atuação do Corpo de Bombeiros, nada mais lícito que permitir que se estabeleça, pela mesma pessoa política, qual seja, o estado, regras e procedimentos para a cobrança destes tributos. O mesmo raciocínio vale para a cobrança de taxa em razão do poder de polícia. Ora, não há que se conceder que aquele que convive, que vivifica diariamente a prática destas cobranças, não possa estabelecer meios e modos para que o procedimento arrecadatário seja eficiente. Insta dizer, contudo, que não se pode confrontar normas e princípios de direito, que na seara do direito administrativo, são representados, dentre outros, pelos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência e publicidade, todos estes encartados no artigo 37 da Carta Magna brasileira. Outro ponto a ser abordado está que não há possibilidade de vir a se fuzilar a lei federal retro listada, sob pena de ilegalidade. Até mesmo porque se é lei base, como diz-se “lei tronco” seria no mínimo ilegal a conduta de afrontar as estruturas do processo administrativo.

Adentrando e cotejando a lei 9784/99 com a presente proposição, denota-se que os parâmetros são mantidos, de forma que é assegurado a ampla defesa e o contraditório, princípios básicos elencados na Constituição Federal, em seu artigo 5º, em qualquer processo, seja judicial ou administrativo. Ademais, todos os regramentos básicos listados no artigo 2º da lei federal, estão sendo respeitados, dentre os quais a busca pela atuação consoante o direito e a formalidade.

No que respeita à técnica legislativa, disposta na lei 095/98, nada há que possa obstar o prosseguimento desta proposição.

Conclusão

Em sendo assim, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto de lei, devido ao respeito à legalidade e constitucionalidade.

Sala das Comissões, em 20.08.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 511/07

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 511/07, em análise, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental nº 026/07, dispõe sobre a normatização da cobrança das taxas de exercício do poder de polícia e de serviços prestados pelo Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná.

Esta comissão chamada a exarar parecer com base no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa, ao examinar a proposição em apreço, concluiu que se trata de medida imprescindível para tornar possível a execução da Lei nº 13976, de 26 de dezembro de 2002, que criou o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná.

Diante do exposto, manifesta parecer favorável ao projeto de lei em apreço, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.08.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 588/07, de autoria do Deputado Elton Welter, que declara de utilidade pública o Centro Social Betesda, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA 092/07, de 14/08/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 588/07

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Elton Welter, declara de utilidade pública o Centro Social Betesda, com sede e foro na cidade de Fortaleza, capital do Ceará, e representação na cidade de Curitiba, Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Entretanto, conforme consta na 5ª Alteração do Estatuto Social, o Centro Social Betesda possui sede e foro na cidade de Fortaleza, capital do ceará, e representação na cidade de Curitiba. Ainda, faz-se necessária a inclusão da sigla prevista no Estatuto do referido Centro. Desta forma, sugere-se a emenda substitutiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da

emenda substitutiva em anexo.

Sala das Comissões, em 28.08.07.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA
PROJETO DE LEI Nº 588/07

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 2º do Regimento Interno dessa Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda substitutiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Centro Social Besteda - CSB, com sede e foro na cidade de Fortaleza, capital Ceará, e representação na cidade de Curitiba, estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 28.08.07.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2618, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2585, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para encaminhar Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar Deputado Luiz Claudio Romaneli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Elio Rusch muito provavelmente lerá o início, não é um artigo na verdade é um texto publicado pelo jornalista Celso Nascimento, com base naquela sentença proferida pelo Desembargador Rosene Pereira, que objetivava conseguir as informações, que já haviam sido prestadas. Embora o desembargador não tivesse conhecimento deste fato.

O Desembargador adentrou numa esfera perigosa, do ponto de vista da análise, na medida em que no dispositivo da sentença aborda a não prestação da informação, como se golpe de estado fosse, ou ainda uma tendência Chavista. Seja lá o que seja Chavista.

O presente artigo do jornalista Celso Nascimento, na minha avaliação, não condiz com o princípio democrático, em que pese, divergimos muitas vezes os posicio-

namentos do jornalista, por outras vezes até concordo com que ele escreve. E devemos neste país preservar a liberdade de imprensa. Felizmente todos aqui lutamos pela democracia, pelo restabelecimento das liberdades, que tivéssemos a imprensa livre para que a opinião pudesse ser expressada. Isso eu respeito e sempre vou estar respeitando.

O que estou divergindo aqui é da provocação que é feita, no sentido de provocar uma discussão nesta Casa, pelo Deputado Elio Rusch sobre o artigo em questão, e que foi publicado no jornal de maior circulação do estado.

Estou encaminhando contrário, e não concordo, em inserir nos Anais, como se alguma coisa desse artigo fosse louvável por esta Casa. Por mais que eu respeite a opinião do jornalista Celso Nascimento. Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. Vai se proceder à votação do requerimento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Os Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

Os Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. **Está rejeitado o requerimento.**

Requerimento nº 2594, de autoria do Deputado Douglas Fabrício, constante do expediente. Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2595, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2598 a 2600, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2603, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, desculpe, mas infelizmente, o senhor está lendo requerimentos que nós da Liderança do Governo não recebemos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Impossível! A informação que eu tenho é que foram encaminhados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Mas, infelizmente, quero dizer ao senhor que respeito muito à assessoria da Mesa, tenho com ela a melhor relação possível, mas estou dizendo porque acabo ou rejeitando ou pedindo para discutir requerimentos que poderíamos estar aprovando e alguns outros tantos que V. Exa. está lendo e não sei do que V. Exa. está falando.

Então, fica muito difícil poder exercer...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Os primeiros requerimentos foram da Sessão de quinta-feira e os de hoje foram repassados. Agora, nós podemos ler os requerimentos.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Eu não estaria publicamente perguntando, indagando V. Exa., se eu tivesse o requerimento em mãos aqui.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para dizer a V. Exa. que compreendi, perfeitamente, todos os encaminhamentos que V. Exa. leu.

Deu para ouvir claramente os requerimentos colocados por sua pessoa. Perfeitamente e nítido o som. Eu ouvi, aqui, entendi tudo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Obrigado!

Com a palavra o Sr. 1º Secretário para leitura do requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Edgar Bueno)

(Lê requerimento).

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está em votação o requerimento. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 2590 e 2591, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2605 e 2606, de autoria da Deputada Beti Pavin, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2615, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2617, de autoria do Deputado Ney Leprevost, subscrito pelos Deputados Fábio Camargo, Edgar Bueno, Luiz Carlos Martins, Osmar Bertoldi, Marcelo Rangel, Jocelito Canto, Durval Amaral e Pastor Edson Praczyk, constante do expediente.

Em discussão.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 2608, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 2611, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo da tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 353, 535, 553 e 570/07.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 569/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 420, 511 e 588/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 188, 288, 512, 583, 591/07 e do Projeto de Resolução nº 021/07.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1589/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5884, datado de 13 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, PATRICIA SANTOS DE SOUZA, do cargo em Comissão, da Administração, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1590/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5957, datado de 15 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, DANIELE ARMSTRONG, do cargo em Comissão, da Liderança do PTB, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1591/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 5967, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

exonerar, a pedido, MARIA CRISTINA TANAKA, do cargo em Comissão, da Presidência, a partir de 01 de junho de 2007.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 29.06.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1734/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6039, datado de 19 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a LAUDELINA DOS SANTOS, matrícula nº 40344, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Servente, lotada na Coordenadoria de Serviços Especiais, (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1735/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6127, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a SUELY FAZZINI DA SILVA REIMANN, matrícula nº 40396, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Datilografa, lotada na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1736/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6128, datado de 20 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a JANETE APARECIDA MUNHOZ, matrícula nº 40780, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, ocupante do cargo de Datilografa NTC-02, lotada na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1737/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6656, datado de 03 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a CIDES RIBEIRO DE SOUZA, matrícula nº 40168, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Chaveiro, NBA-02, (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1738/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6673, datado de 04 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a CASSIA MARA BARON, matrícula nº 40466, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, NTB-02, (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1739/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6723, datado de 05 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a SILVIA KHOURI HILGENBERG, matrícula nº 40479, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Dentista, nível NUE-02, lotada na Coordenadoria de Serviços Odontológico, (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de

dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1740/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6753, datado de 06 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a ILMA MOREIRA MACENO, matrícula nº 40178, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Administrativo, nível NUD-04, lotada no Gabinete da Diretoria da Procuradoria, (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1741/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7327, datado de 16 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a NORMA DAL BIANCO DE ANDRADE, matrícula nº 40671, funcionária do Quadro de Pessoal desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-06, lotada no Gabinete da Diretoria da Procuradoria, (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1742/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7328, datado de 16 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a ROSA MEIRE TEIXEIRA CESARIO PEREIRA, matrícula nº 40046, portadora do RG nº 1.169.732-1-PR e do CPF nº 660.173.869-72, funcionária do Quadro de Pessoal desta Assembléia Legislativa, admitida em 01 de março de 1988, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTC-03, lotada na Procuradoria Geral, (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1743/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7538, datado de 19 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a THEMIS PETTERLE, matrícula nº 40414, portadora do RG nº 787.943.1-PR e do CPF nº 170.944.969-15, funcionária do Quadro de Pessoal desta Assembléia Legislativa, admitida em 09 de abril de 1984, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, NUE-06, lotada na Procuradoria Geral, (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1745/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7627, datado de 26 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a DELMINDA APARECIDA HENRIQUE WATANABE, matrícula nº 40092, funcionária do Quadro de Pessoal desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, NUE-06, lotada na Procuradoria Geral da Casa, (03) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do artigo 247, da Lei nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1746/07

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7546, datado de 23 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a HENRIQUE ANTONIO CREDIDIO, matrícula nº 40.799, portador do RG nº 415.990-PR e do CPF nº 085.083.809-68, funcionário do Quadro de Pessoal desta Assembléia Legislativa, admitido em 1º de junho de 1982, ocupante do cargo de Técnico de Contabilidade nível NTC-04, lotado na Coordenadoria do expediente e Arquivo, 03 (três) meses de licença especial, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002, nos termos do artigo 247, da Lei de nº 6174/70. Deverá aguardar a publicação do Ato da Comissão Executiva e juntando uma cópia do mesmo, requer por escrito a marcação da data escolhida, anexando a anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1747/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7565, datado de 24 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a HESTEVARD MARTIN, matrícula nº 40059, portador do RG nº 356.050.739-15, funcionário estável do Quadro de Pessoal desta Assembleia Legislativa, admitido em 12 de fevereiro de 1981, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-06, lotado na Procuradoria Geral, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1748/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 7564, datado de 24 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a RUY CARNEIRO TEIXEIRA FILHO, matrícula nº 40642, portador do RG nº 3.652.108-2-PR e do CPF nº 503.659.679-04, funcionário estável do Quadro de Pessoal desta Assembleia Legislativa, admitido em 09 de julho de 1985, ocupante do cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-06, lotado na Procuradoria Geral, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1749/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6022, datado de 18 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, a ADELAIDE DA SILVA OSMAN, matrícula nº 40336, portadora do RG nº 1.490-751-PR, e do CPF nº 552.659.609.53, funcionária estável do Quadro de Pessoal desta Assembleia Legislativa, admitida em 01 de março de 1984, ocupante do cargo de Servente, nível NBA-03, lotada no Setor de Água, nos termos do artigo 247 e seu parágrafo único, da Lei nº 6174/70, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1997 a 21 de dezembro de 2002. O período deverá ser marcado pelo interessado junto ao Departamento de Pessoal, apresentando anuência de seu superior, seguindo os critérios do artigo 250, da citada Lei nº 6174/70.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 13.08.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1805/07

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob nº 6156/06, datado de 14 de julho de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

resolve retificar o Ato da Comissão Executiva nº 411/07, publicado no diário da Assembleia do dia 26 de março de 2007, que passa a conmmstar nos seguintes termos:

conceder aposentadoria a pedido, a CARLOS ALBERTO MAINGUÊ, matrícula nº 40212, ocupante do cargo de Consultor Legislativo, nível NUE-01, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia Legislativa, de acordo com as Resoluções nº 007/04 e 009/05, e pelas regras estabelecidas no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/03, incorporando as vantagens que faz jus, 04 adicionais assegurados pelo artigo 171 da Lei nº 6174/70, sendo que o cálculo dos proventos a serem percebidos serão pela totalidade de remuneração do servidor no cargo em que se der a aposentadoria e os proventos serão reajustados na mesma proporção e na mesma data que os servidores da ativa conforme artigo 2º da Emenda Constituição nº 47/05 (paridade), resultando em proventos conforme cálculos da Coordenadoria de Relações Trabalhistas de fls. 15.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03.09.07.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
ALEXANDRE CURI - 1º Secretário

Diretoria Geral

Portarias

PORTARIA Nº 160/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 8564, datado de 21 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, DOROTI LINHARES, matrícula nº 88, de 15 (quinze) dias, a partir de 15 de agosto de 2007, CID.M.54-4.

Gabinete da Diretoria Geral, 27.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 161/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 8495, datado de 20 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde do servidor deste Poder Legislativo, EURIDES BASSETTI NETO, matrícula nº 40397, de cento e vinte (120) dias, a partir de 30 de agosto de 2007, CID.F.31.6.

Gabinete da Diretoria Geral, 27.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 162/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6039, datado de 19 de junho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar, revogar a Portaria nº 079 de 10.05.95, que incorporou indevidamente, a favor de LAUDELINA DOS SANTOS, matrícula nº 40344, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Servente, o tempo de 1 ano, relativo ao decênio compreendido entre 1984 a 1994.

Gabinete da Diretoria Geral, 27.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 163/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6127, datado de 20 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar, revogar a Portaria nº 174/95, na Ficha Funcional de SUELY FAZZINI DA REIMANN, matrícula nº 40396, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Datilógrafo, que contou indevidamente o tempo de 1 ano e 6 meses, relativo aos quinquênios entre 1978 e 1991.

Gabinete da Diretoria Geral, 27.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 164/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6656, datado de 03 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar, incorporar ao acervo de serviço público, de CIDES RIBEIRO DE SOUZA, matrícula nº 40168, funcionário desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Chaveiro, NBA-02, 06 meses relativo ao dobro da licença especial que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1992 e 22 de dezembro de 1997, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98 e nos termos do artigo 247 da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, 27.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 165/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta no processo protocolado sob o nº 6673, datado de 04 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar, incorporar ao acervo de serviço público, de CASSIA MARA BARON, matrícula nº 40466, funcionária desta Assembléia Legislativa, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, NTB-02, lotada na Coordenadoria Odontológica, 06 meses relativo ao dobro da licença especial que tem direito, por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 22 de dezembro de 1992 e 22 de dezembro de 1997, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 020/98 e nos termos do artigo 247 da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, 27.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 167/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7546, datado de 23 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para efeitos legais, na ficha funcional de HENRIQUE ANTONIO CREDIDIO, matrícula nº 40799, portador do RG nº 415.990-PR e do CPF nº 085.083.809-68, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 1º de junho de 1982, exercendo o cargo de Técnico em Contabilidade nível NTC-04, lotado na Coordenadoria de Expediente e Arquivo, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 168/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7564, datado de 24 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para efeitos legais, na ficha funcional de RUY CARNEIRO TEIXEIRA FILHO, matrícula nº 40642, portador do RG nº 3.652.108-2-PR e do CPF nº 503.659.679-04, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 09 de julho de 1985, exercendo o cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-06, lotado na Procuradoria Geral, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 169/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7565, datado de 24 de julho de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar anotar, para efeitos legais, na ficha funcional de HESTEVARD MARTIN, matrícula nº 40059, portador do CPF nº 356.050.739-15, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, admitido em 12 de fevereiro de 1981, exercendo o cargo de Consultor Jurídico, nível NUE-06, lotado na Procuradoria Geral, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe facultava o artigo 248, da Lei nº 6174/70, vigente à época, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 170/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 4654, datado de 15 de maio de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar contar, ex ofício, a favor de ELIS REGINA DEMICIANO, matrícula nº 40577, funcionária desta Assembléia Legislativa, exercendo o cargo de Técnico Administrativo, nível NTB-03, seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 020/98, e nos termos do parágrafo único do artigo 247, da Lei nº 6174/70.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 172/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8766, datado de 27 de agosto de 2007, deste Poder,

R E S O L V E :

prorrogar, à disposição da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o servidor deste Poder Legislativo, DORIVAL CAETANI, matrícula nº 40271, Regime Jurídico Único, para prestar serviços junto ao Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, até 31 de dezembro de 2007, com ônus para o órgão de origem.

Gabinete da Diretoria Geral, em 27.08.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

PORTARIA Nº 173/07

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6156, datado de 14 de julho de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

mandar retificar a Portaria nº 089/05, publicada no Diário da Assembléia no dia 04 de outubro de 2005, passando a constar o cargo em que o funcionário foi enquadrado pelo Ato nº 274/05:

mandar averbar, na Ficha Funcional de CARLOS ALBERTO MAINGUE, matrícula nº 40212, funcionário deste Poder Legislativo, ocupante do cargo de Consultor Legislativo nível NUE-01, os seguintes períodos de tempo;

I - De acordo com o parágrafo 9º, do artigo 35 da Constituição Federal, para efeito de aposentadoria em que trabalhou na Planeve Planejamento de Negócios e Vendas Ltda, de 01 de novembro de 1957; na Mundial Seguradora S/A de 01 de fevereiro de 1977 a 01 de agosto de 1977; na Liberty Paulista Seguros S/A, de 01 de julho de 1979 a 30 de setembro de 1979; na Comde Comércio de

Móveis e Decorações Ltda., de 02 de maio de 1980 a 30 de agosto de 1980; de 04 de maio de 1983 a 20 de dezembro de 1992; na Atlântica Cia. Nacional de Seguros de 02 de agosto de 1977 a 28 de outubro de 1977; no Banco Mercantil de Minas Gerais de 05 de novembro de 1962 a 28 de abril de 1967; na Atalaio Cia. De Seguros Contabilidade, de 26 de junho de 1967 a 27 de novembro de 1968; no Banco Nacional de Minas Gerais S/A, de 01 de dezembro de 1968 a 06 de fevereiro de 1969; na Companhia de Habitação do Paraná COHAPAR, de 20 de março de 1969 a 11 de julho de 1972; no Banco Drefisul de Investimentos S/A, de 17 de outubro de 1972 a 10 de fevereiro de 1975, num total de quatorze (14) anos, três (03) meses e quinze (15) dias.

II - No período de 04 de maio de 1983 a 20 de dezembro de 1992, trabalhados sob Regime CLT nesta Assembléia Legislativa, no total de nove (09) anos, sete (07) meses e vinte e nove (29) dias, para todos os efeitos legais, de acordo com o artigo 129 da Lei nº 6174/70 combinado com o parágrafo 9º, do artigo 40, da Constituição Estadual.

Gabinete da Diretoria Geral, em 03.09.07.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

